

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC

PROCESSO: Pregão Eletrônico 90009/2025

TIPO: Registro de Preços

ASSUNTO: RECURSO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

GLR INSTALADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada no processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, por meio de seu representante legal, interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face do julgamento que declarou vencedora a empresa **KS SERVICOS AGRICOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA** com fulcro no art. 165 da Lei 14.133/21, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos;

I. DOS FATOS

A presente licitação tem como objeto registro de preços para a contratação de serviços por hora trabalhada com caminhão caçamba, em atendimento às necessidades do Município de Schroeder, para execução de serviços de transporte de saibro, pedras, seixo e outros materiais, adequação de estradas de terra, movimentação de material, cascalhamento de ruas, limpeza de ruas.

O valor estimado da unitário da contratação foi R\$ 231,66 (duzentos e trinta e

um reais e sessenta e seis centavos) para cada hora trabalhada, no total de 2066 horas.

A abertura da sessão pública ocorreu na data prevista, conforme edital, em 31/01/2025.

Após realizar a disputa, passou-se a análise das propostas apresentadas, procedendo a habilitação. Declarada habilitada a empresa vencedora, passou-se à fase de manifestação de recursos.

A recorrente GLR apresentou sua manifestação tempestivamente, tendo sido aberto o prazo recursal.

Por este motivo, insurge-se a recorrente pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

II. DO MÉRITO

A. PRELIMINARMENTE - CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

O presente recurso encontra-se tempestivo, com base no artigo 165, I da lei nº 14.133/21, bem como, previsão editalícia tendo sido observado o prazo de manifestação de intenção de recursos.

O prazo para apresentação das razões estabelecidos pelo Sr. Pregoeiro tem como data limite o dia 05/02/2025.

Portanto, tendo sido apresentada as seguintes razões dentro do prazo estipulado, requer-se o acolhimento e processamento do referido recurso.

B. DA IRREGULARIDADE NA HABILITAÇÃO – BALANÇOS APRESENTADOS

Em primeiro lugar é válido ressaltar que o edital de licitação faz lei entre as partes e deve ser estritamente observado por todos, tanto licitantes quanto os agentes de contratação, sob pena de ilegalidade do certame.

No caso da proposta apresentada pela empresa, há diversas irregularidades que levam a

necessidade da sua desclassificação diante da inoversância de condições previamente estabelecidas no edital, o que não deve passar despercebido pela Administração sob risco de quebra na isonomia do certame.

A primeira irregularidade diz respeito aos balanços apresentados pela empresa habilitada, no qual o edital dispõe claramente que um dos requisitos de habilitação se dará através da apresentação de **balanços registrados** e que **não serão aceitos balancetes não registrados**:

8.3.2. Demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, **já exigíveis e apresentados na forma da lei, com abertura e fechamento dos livros e registros referente ao balanço patrimonial (devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da Licitante)**;

8.3.2.1. Para comprovação da letra "8.3.2", as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED) e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);

8.3.2.2. Não serão aceitos balancetes não registrados.

O item 8.3.2 fala que os balanços **devem ser apresentados na forma da lei e devidamente registrados**, seja na Junta Comercial ou através do SPED.

No entanto, ao analisar os balanços apresentados pela empresa habilitada verifica-se o não atendimento à requisito fundamental do edital de licitação, uma vez que os balanços não estão registrados, conforme será explicado a seguir.

No balanço referente à 2023 verifica-se que somente o Termo de Abertura está registrado, não constando nas folhas do balanço e no Termo de Encerramento a autenticação de registro na JUCESC.

Ora Sr. Pregoeiro, a regra do edital é cristalina ao dispor que tanto o Termo de Abertura quanto o Termo de Encerramento devem estar devidamente registrado, e apresentados na forma da lei.

A ausência de registro nos balanços apresentados e no termo de encerramento não é capaz de conferir qualquer validade jurídica ao documento apresentado, uma vez que não como

saber se os fatos ali relatados correspondem à realidade. A questão é simples: o balanço apresentado está incompleto e sem registro, não possuindo qualquer validade jurídica.

Não basta apresentar somente o Termo de Abertura registrado, mas sim o balanço completo, inclusive com o seu Termo de Encerramento. Se assim não o fosse o edital não teria especificado a necessidade de registro tanto para abertura quanto encerramento, teria escolhido um ou outro. Obviamente, caso ocorresse, o edital estaria contrariando a própria legislação.

Portanto, não há como escusar-se de observar a legislação pertinente e a regra disposta em edital.

Ademais, o art. 289 da Lei 6.404/76 determina que as demonstrações financeiras sejam apresentadas na forma da lei e demais normas contábeis.

O art. 1181 do Código Civil estabelece que os livros obrigatórios (Termo de Abertura, Balanço e Termo de Encerramento) devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis (junta comercial).

No § 2º do art. 1184 do Código Civil obriga a assinatura do balanço e do resultado econômico tanto por profissional habilitado quanto pelo empresário ou sociedade empresária. No entanto, nos documentos apresentados não há qualquer assinatura nem do contador e nem do representante legal da empresa.

Por fim, o Termo de Abertura apresentado referente ao ano de 2023 informa que o livro contém 79 folhas enumeradas de 1 a 79, mas no documento apresentado há apenas 04 folhas apresentadas.

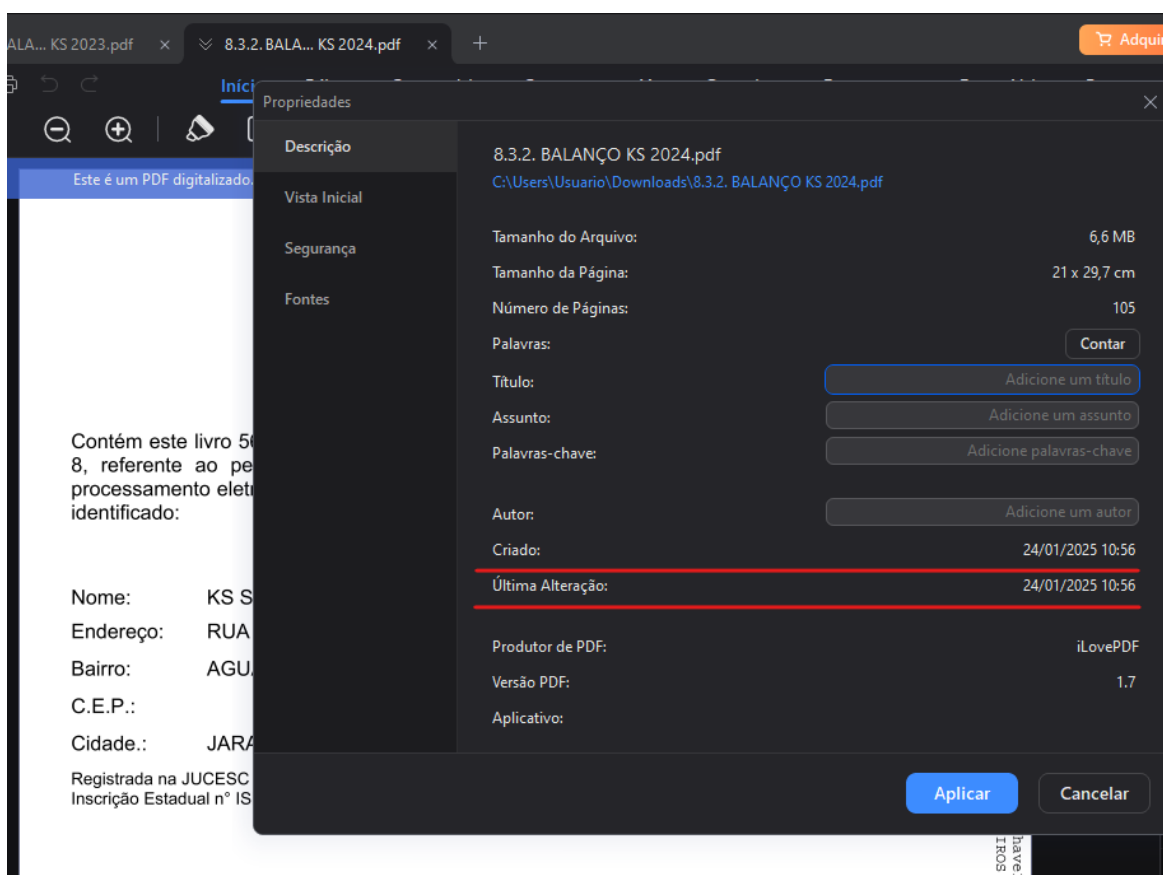
Tais irregularidades colocam em xeque a validade dos documentos apresentados.

Basta uma simples diligência formal no documento, além da ausência de autenticação, bem como nas propriedades do documento para observar que se trata de um documento irregular.

Conforme descrito, o documento possui registro apenas quanto ao Termo de Abertura, ou seja, o PDF apresentado com o balanço e Termo de Encerramento sem registro,

demonstram que o documento foi modificado, sendo incapaz de possuir qualquer validade jurídica.

Tomamos como exemplo o suposto balanço referente à 2024, o Termo de Abertura informa que o registro ocorreu em 23/01/2025 (veja-se que somente o Termo de Abertura foi registrado), ou seja, as demais páginas não registradas sofreram alteração, o que pode ser observado através de uma simples consulta às propriedades do documento:



O que quer dizer que o documento apresnetado foi criado em 24/01/2025, ou seja, após a autenticação do Termo de Abertura. A lógica é simples, se o documento fosse autêntico referente ao registro na Junta Comercial, a data do PDF seria a mesma data da autenticação, o que leva a crer que o documento está adulterado, sem possuir qualquer validade jurídica, sem autenticação no Balanço e no Termo de Encerramento.

Repise-se que, não se trata de um erro meramente formal, trata-se de uma inobservância de regra claramente disposta no edital.

A aceitabilidade do documento no modo como foi apresentado traz um risco imenso para a Administração, pois pode ser constatada até mesmo uma tentativa de fraudar o procedimento licitatório através de apresentação de documento inidôneo.

C. PROPOSTA IRREGULAR

Além dos balanços apresentados, a proposta apresentada pela licitante também se reveste de ilegalidades.

Primeiramente, em 31/01/2025 às 14:22:16 o pregoeiro convocou a empresa licitante para envio da proposta reajustada no sistema:

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

Sr. Fornecedor KS SERVICOS AGRICOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ 28.793.407/0001-32, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:23:00 do dia 31/01/2025. Justificativa: Proposta ajustada.

Enviada em 31/01/2025 às 14:22:16h

A licitante apresentou a proposta na sequência:

Mensagem do Pregoeiro

Item 1

O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 31/01/2025 14:53:26.

Enviada em 31/01/2025 às 14:43:26h

Mensagem do Participante

Item 1

De 28.793.407/0001-32 - O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:32:23 de 31/01/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor KS SERVICOS AGRICOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ 28.793.407/0001-32.

Enviada em 31/01/2025 às 14:32:23h

Mensagem do Participante

Item 1

De 28.793.407/0001-32 - neste momento eu preciso enviar a documentação de Habilitação também?

Enviada em 31/01/2025 às 14:30:03h

Mensagem do Participante

Item 1

De 28.793.407/0001-32 - boa tarde, providenciando

Enviada em 31/01/2025 às 14:23:47h

No entanto, o documento apresentado como proposta reajustada foi encaminhado sem a assinatura do responsável:

PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 09/2025						
PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA						
<p>NOME DA EMPRESA: KS SERVIÇOS AGRÍCOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA CNPJ: 28.793.407/0001-32 ENDEREÇO: Rua Águas Claras, 645, Sala 03, Águas Claras Cep: 89268-100 CIDADE: Jaraguá do Sul - SC. E-MAIL: terraplanagem.ks@gmail.com TELEFONE: (47) 9.8813-2529 DADOS BANCÁRIOS: BANCO 085 VIACREDI AGÊNCIA 0101-5 C/C 944.131-0</p> <p>O objeto da presente licitação é o registro de preços para a contratação de serviços por hora trabalhada com caminhão caçamba, em atendimento às necessidades do Município de Schroeder, para execução de serviços de transporte de saibro, pedras, seixo e outros materiais, adequação de estradas de terra, movimentação de material, cascalhamento de ruas, limpeza de ruas, conforme as quantidades, especificações, obrigações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.</p>						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Catser	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	Serviço de transporte de seixo e saibro e outros materiais, com caminhão caçamba traçado. Capacidade mínima da caçamba 12m³ em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo deslocamento do caminhão até o pátio do Setor de Obras do Município de Schroeder para iniciar as horas contratadas).	3280	2.066	Horas	R\$219,00	R\$ 452.454,00

KS SERVIÇOS AGRÍCOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA
CNPJ: 28.793.407/0001-32
LEANDRO SIMON
SÓCIO PROPRIETÁRIO
RG.3.871.060 CPF nº. 004.699.929-99
KS SERVIÇOS AGRÍCOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA
Telefone (47) 9.8813-2529 - Rua Águas Claras, 645, Sala 03, Águas Claras - 89268-100 - Jaraguá do Sul - SC

Ou seja, sequer deveria ser aceita pelo pregoeiro, uma vez que não vincula qualquer obrigação entre a licitante a administração. Como poderia exigir-se o cumprimento de uma obrigação que se quer foi assinada?

O documento apresentado é um apócrifo, que não deve ser aceito pelo pregoeiro. Neste sentido, trazemos à tona a seguinte orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. **PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO.** PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO

CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. **Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento.** 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. **É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou.** 5. Negado provimento ao recurso. (RMS 23640, Relator (a): Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 16/10/2001, DJ 05-12-2003 PP-00038 EMENT VOL-02135-07 PP- 01268)

Noutra situação, no Mandado de Segurança nº 6105/DF, em acórdão relatado pelo Ministro Garcia Vieira, o Superior Tribunal de Justiça decidiu o seguinte:

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PROPOSTA FINANCEIRA – AUSÊNCIA DE ASSINATURA – INVALIDADE. A proposta financeira é o documento mais importante da licitação, por representar o compromisso em realizar os pagamentos. **Estando ela sem assinatura, não possui valor probante, sendo inexistente.** Segurança denegada.

Na medida em que o documento foi apresentado sem assinatura se torna nulo ou a própria inexistência dele. Ocorre que o documento sem assinatura, apócrifo, não tem validade e, por via de consequência, não pode ser aceito pela Administração.

Conforme julgado acima disponibilizado, a proposta é o documento mais importante da licitação, que vai ensejar a representação das obrigações assumidas pela futura contratada. Em que pese sua relevância, verifica-se ainda que não há qualquer menção à validade da proposta apresentada e nem mesmo declaração de que ela irá compreender todos os custos e obrigações, contrariando novamente norma expressa em edital:

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

O item 8.12 do edital ainda dispõe que na apresentação da sua proposta, inclusive da proposta readequada, o licitante deve ser desclassificado caso não declare que a proposta compreende a integralidade dos custos:

8.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Portanto, pela força do princípio da vinculação ao edital, a proposta deve ser desclassificada.

D. DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

No presente caso, os documentos apresentado são inadmissíveis como requisito de habilitação da licitante, e afronta o princípio da legalidade e da vinculação ao edital.

De modo geral, é importante esclarecer que a observância de tal princípio não se encerra com a publicação do Edital, mas define também as condições de atuação dos participantes bem como da Administração que integram todo o procedimento licitatório, restando para si a margem de discricionariedade tão somente à aspectos específicos da licitação, como o momento de sua realização, o objeto, condições de execução, etc, ficando o procedimento por conta da estrita vinculação à lei.

A Lei 14.133/2021 estabelece que todo e qualquer procedimento licitatório deve ser pautado sobre alguns princípios dos quais não se pode renunciar:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Hely Lopes Meirelles, uma das maiores autoridade em direito administrativo, sustentou o seguinte entendimento, que se tornou uma frase clássica para Administração Pública, a saber:

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. **A lei para o particular significa "poder fazer assim"; para o administrador público significa "deve fazer assim".**

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros,

Do referido princípio da legalidade deriva o princípio da estrita vinculação ao edital, dirigindo-se não somente ao licitante mas também à Administração. Neste viés, é o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça:

"II – O art. 41 da Lei nº 8.666/ 93 determina que: 'Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.'
III – Supondo que na Lei não existam palavras inúteis, ou destituídas de significação deontológica, **verifica-se que o legislador impôs, com apoio no Princípio da Legalidade, a interpretação restritiva do preceito, de modo a resguardar a atuação do Administrador Público, posto que este atua como gestor da 'res publica'**. Outra não seria a necessidade do vocábulo 'estritamente' no aludido preceito infraconstitucional. (...) V – **Em resumo: o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de Licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se 'estritamente' a ele.**" (STJ – REsp 421946 / DF – 2002/0033572-1 – Min. Francisco Falcão – Primeira Turma – DJ 06/03/2006 p. 163)

Merece destaque as palavras da melhor doutrina a respeito do assunto:

"A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. **Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.**"

(Hely Lopes Meirelles, in Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 39)

"Sob essa luz, publicado o edital, a Administração e os licitantes estão vinculados a ele, não podem se apartar dos seus termos. A discricionariedade administrativa que dá a tônica da etapa preparatória se dissipa e dá lugar à vinculação. **À Administração não é permitido fazer exigências não previstas no edital nem deixar de exigir aquilo que fora prescrito nele. Os licitantes, por sua vez, devem cumprir os termos estabelecidos no edital.** Eis o princípio da vinculação ao edital, que corresponde a uma das ideias mais básicas sobre licitação pública."

(Niebuhr, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. p. 664)

A vinculação aos termos e às exigências do edital devem ser observados por todos os licitantes, não podendo qualquer exigência nele prevista ser afastada para alguns deles como foi no referido certame, sob pena de ofensa também ao princípio da isonomia dos licitantes.

No entanto, da análise dos documentos encaminhados pela empresa ora habilitada, não se verifica o cumprimento de referida exigência editalícia.

Caso a empresa habilitada entenda-se que tal documento não serviria de requisito apto à habilitação, deveria ter impugnado o edital no prazo legal, o que não o fez. Expirado esse prazo, decairá o participante da licitação do direito de impugná-lo. Isto significa dizer que quem participa da licitação não pode esperar pela sua inabilitação ou desclassificação para, somente então, impugnar a regra contida no edital que levaria à sua exclusão do processo.

Sobre o tema, igual orientação pode ser encontrada no Supremo Tribunal Federal (STF), no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e no Tribunal de Contas da União, como será a seguir demonstrado:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.** 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.

(STF (RMS 23640/DF) ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir

determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. (STJ RESP 1178657) **“Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada” (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação.** A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, não pode esta se furtar ao seu cumprimento, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento”. (TRF1 AC 199934000002288).

Sem mais delongas, resta claro que a ausência de documento solicitado de forma expressa como requisito de habilitação deve levar a desclassificação da licitante, o que requer-se desde já.

III. DOS PEDIDOS

Ante ao exposto requer:

- a)** O recebimento e provimento do presente recurso administrativo, para declarar a desclassificação da proposta de preços da empresa **KS SERVICOS AGRICOLAS E TERRAPLANAGEM LTDA** por inobservância ao princípio de vinculação ao edital, apresenta sua proposta em desconformidade ao instrumento convocatório.
- b)** Não sendo este o entendimento, requer o imediato encaminhamento à Autoridade Superior para que seja reapreciado.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

GLR INSTALADORA LTDA
CNPJ nº 35.747.818/0001-57
GUSTAVO DE LIMA ROCHA,
RG nº 5.699.620 SSP/SC - CPF nº 080.715.779-10



GLR INSTALADORA LTDA

CNPJ: 35.747.818/0001-57
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 260347930
(47) 3624-0107 / (47) 9 9932-1919
LICITACAO@GRUPOGM.NET.BR